

RAÇA, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E ESPAÇO URBANO

No capítulo anterior apresentamos análise quantitativa da segregação residencial entre negros e brancos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os resultados apontam baixa segregação racial entre os mais pobres, que se torna mais acentuada em camadas médias e altas. Destacamos o particular isolamento dos brancos mais ricos, que residem nas áreas mais privilegiadas da metrópole, estando afastados inclusive de negros com semelhante posição social. Estes achados nos levam a dar especial atenção à segregação racial na classe média e suas implicações para as relações e hierarquias raciais de forma mais ampla.

O presente capítulo recorrerá a teorias sociais sobre estratificação, raça e espaço urbano para construir interpretações sociológicas dos resultados quantitativos. Tais interpretações são, também, as bases teóricas que alicerçam a concepção de nossa pesquisa qualitativa, de modo que buscaremos ratificá-las nas análises dos dados qualitativos levantados.

As primeiras três seções almejam evidenciar a importância do espaço urbano como campo onde são demarcados e reproduzidos limites e distâncias entre grupos e estratos sociais, bem como inserir as especificidades da segregação residencial por raça num quadro de análises sobre relações raciais e estratificação social no Brasil. Na última seção, avançamos propondo novos olhares

sobre segregação residencial, visando lançar luz às especificidades deste fenômeno no contexto brasileiro e embasar novas estratégias empíricas para o estudo da segregação.

As interpretações aqui desenvolvidas pretendem partir de uma abordagem estrutural, tal qual aquela defendida por Eduardo Bonilla-Silva (1997). Este autor propõe o conceito de “sistemas sociais racializados” para explicar a organização de sociedades onde as mais diferentes dimensões – econômica, política, social, ideológica etc. – são parcialmente estruturadas pela hierarquização de atores em categorias raciais. “A totalidade destas práticas e relações sociais racializadas constitui a estrutura racial de uma sociedade”. Mas, considerando que “(...) o caráter particular das hierarquias e, portanto, da estrutura racial, é variável” (p. 470), devemos descrever as características específicas das hierarquias raciais na sociedade brasileira, as quais devem estruturar as relações raciais em várias esferas sociais, inclusive quando se trata de segregação residencial. Em outras palavras, devem haver homologias entre os contornos das hierarquias raciais na estrutura de estratificação social e diversas outras esferas da sociedade. Assim, caracterizaremos o tipo específico de segregação racial que se constitui considerando a estrutura racial ou o “sistema social racializado” da sociedade brasileira.

3.1. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E RAÇA

O posicionamento de negros e brancos na estratificação social brasileira pode ser descrito a partir da teoria weberiana sobre os estamentos (ou grupos de *status*). Estes, juntamente com as classes constituem distintas formas de distribuição de poder. As classes estão vinculadas às realizações econômicas individuais e os estamentos são pautados por avaliações de prestígio que os indivíduos fazem uns dos outros a partir de características que cada um traz consigo, como por exemplo raça, “bons modos” etc. (Weber 2004).

As classes designam o fenômeno segundo o qual indivíduos cuja “situação no mercado” (de bens, de trabalho etc.) determina suas oportunidades de vida e condicionam seus interesses econômicos. Isto é, a situação de classe é determinada por fatores puramente econômicos (e racionais).

vale para o conceito de classe que a oportunidade no mercado é o condicionador comum do destino dos indivíduos. Nesse sentido, a ‘situação de classe’ significa, em última instância, a ‘situação no mercado’. Segundo essa terminologia, são interesses

inequivocamente econômicos, vinculados à existência de um ‘mercado’, que criam a ‘classe’ (Weber 2004: 177).

Assim, cada classe agrega indivíduos dotados de semelhantes oportunidades e retornos econômicos no mercado. Acrescenta-se que, dentre as possíveis situações de mercado, um importante elemento da situação de classe é a propriedade ou falta dela. De acordo com Max Weber, uma das barreiras ao funcionamento do livre mercado na sociedade, é a existência dos estamentos, que, diferentemente das classes, constituem comunidades, apesar de frequentemente de natureza amorfa.

compreendemos por ‘situação estamental’ aquele componente típico do destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da honra, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas. Esta honra pode também estar ligada a determinada situação de classe: as diferenças de classe combinam-se das formas mais variadas às diferenças estamentais, e a propriedade como tal, conforme já observamos, nem sempre, mas com regularidade extraordinária, adquire, a longo prazo, também significação estamental. (Weber 2004: 180).

Sell (2016), realiza uma releitura das teorizações de Weber sobre classes e estamentos e sintetiza as características da situação estamental da seguinte maneira:

[A] ‘situação estamental’ (...) baseia-se nos seguintes fatores: 1) um tipo específico de conduta de vida; 2) um modo formal de educação (que por sua vez pode ser empírico ou racional em espécie, com suas correspondentes formas de vida); e 3) fundada no prestígio derivado de descendência ou profissão. Finalmente, Weber também localiza as formas pelas quais a situação estamental de uma pessoa é manifestada. Em outras palavras, ele identifica os mecanismos sociais de distinção através dos quais um estamento delimita suas fronteiras. Estes mecanismos abrangem: 1) condições de casamento; 2) comensalidade; 3) apropriação monopolística de aquisição de oportunidades; e 4) tradições ou convenções. É através destas práticas sociais que os limites e fronteiras sociais se manifestam (p. 357).

A literatura sociológica recente e as pesquisas empíricas costumam dar forte ênfase ao fato de que os estamentos se expressam principalmente através do cultivo coletivo de uma forma específica de conduzir a vida (uma “estilização da vida”) e da limitação das relações sociais (da “comensalidade”) ao círculo estamental, incluindo a endogamia (Ver, por exemplo, Bertonecelo 2013 e Salata

2016)¹. Porém, embora muito significativas, estas dimensões são parte de uma definição mais completa dos estamentos. Outro fator de grande importância para a caracterização dos estamentos são os mecanismos de fechamento social. Para Weber,

a diferenciação estamental coincide, por toda parte, com uma monopolização de bens ou oportunidades ideais ou materiais, na forma que já conhecemos como típica. Ao lado da honra estamental específica, que sempre se baseia em distância e exclusividade, e ao lado de vantagens honoríficas (...) existem monopólios materiais de todas as espécies. Precisamente estes contribuem, por sua natureza, com os motivos mais eficazes para a exclusividade estamental, ainda que raramente sejam sua fonte única (Weber 2004: 183).

As práticas estamentais sempre vêm acompanhadas por práticas de monopolização e fechamento social (semelhantes àquelas que comumente ocorrem na formação de comunidades étnicas). É através de mecanismos monopolísticos de fechamento social que se concretizam formas de dominação e de desigualdades sociais baseadas nos estamentos².

Por fim, cabe notar que não só ocorre a coexistência de classes e estamentos nas sociedades modernas, como também é muito comum observar-se a estamentalização de diversos grupos que se definem por ter em comum sua situação de mercado, ou seja trata-se de processos de estamentalização de classes, principalmente entre as proprietárias e grupos profissionais. Tais classes passam a cultivar artifícios de fechamento e de estilização de vida, tal qual descrevemos acima. Frequentemente, isso tem como efeito o endurecimento das desigualdades já constituídas pela ordem econômica.

¹ Bertonecelo (2013) dá ênfase a uma caracterização de estamentos através do compartilhamento de estilos de vida e práticas sociais e culturais. Ou passo que Salata (2016) busca delimitar estamentos a partir dos relacionamentos íntimos entre indivíduos com semelhantes posições sociais. As pesquisas de ambos dão prosseguimento a extensas linhas de investigação cultivadas internacionalmente.

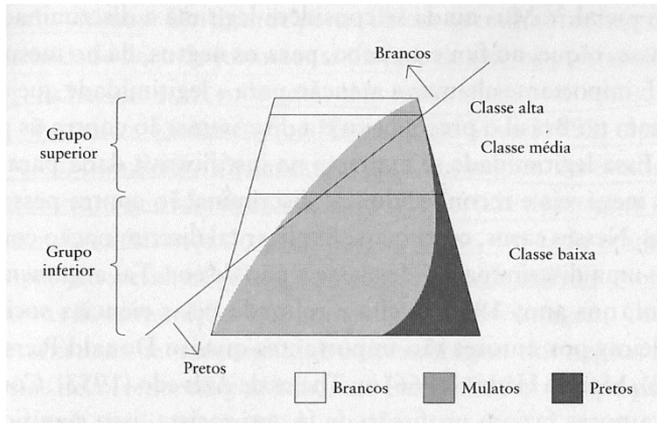
² Segundo Ollivier (2009): “Nas sociedades contemporâneas, indivíduos formalmente iguais permanecem diferenciados e estratificados de acordo com diversos critérios, incluindo classe econômica, origem étnica e gênero. Classes e grupos cujos membros ocupam postos-chave nas instituições sociais que validam as hierarquias de *status*, como escolas, governos e mídia, estão em posição de fazer com que as qualidades e os atributos de seus próprios grupos sejam percebidos como medidas universais de superioridade (Bourdieu, 1979; Parkin, 1971). A manipulação das hierarquias de *status* é um meio pelo qual os grupos preservam as vantagens coletivas ao longo do tempo, na ausência da exclusão coletiva sancionada legalmente”. (p. 63-4).

Em suma, vimos que em Weber, os estamentos (ou grupos de status) – em contraste com as classes sociais, que se baseiam na situação dos indivíduos no mercado – têm sua origem na avaliação social atribuída a indivíduos portadores de determinadas características selecionadas, interferindo em seu destino vital. As características ou qualidades em comum das quais decorrem as avaliações podem ser diversas: marcas fenótípicas (como raça/cor), pertença a famílias ou redes de sociabilidade, posse de um saber, tempo de residência em espaços, exercício de ocupações, pertença a uma dada classe social etc. Como consequência, as pessoas e grupos semelhantemente avaliados expressam sua pertença a um dado grupo de prestígio através da “estilização da vida” e do cultivo de relações sociais e até de casamentos dentro do “círculo estamental”, de forma que estes modos de conduzir a vida e a pertença a estes círculos tornam-se, também, características avaliativas que denotam um certo grau de prestígio.

Weber postula que a honra estamental pode derivar de uma posição de classe, mas, no caso brasileiro, nota-se que os negros estão impedidos de desfrutar deste “ganho de honra”. A raça é uma característica que interfere negativamente nas avaliações sociais de prestígio. De maneira que, por um lado, os negros têm limitadas possibilidades de mobilidade ascendente e, por outro, quando equiparam os brancos em realização socioeconômica, não são igualmente reconhecidos como ocupantes legítimos de posições mais altas na estratificação. Em outros termos, ao mesmo tempo em que os processos de fechamento criam barreiras às oportunidades para negros, eles são negativamente avaliados em sua honra (estamental).

Um dos mais proeminentes desenvolvimentos das noções de classes e estamentos nos clássicos da sociologia das relações raciais brasileiras encontra-se no artigo intitulado “Classes Sociais e Grupos de Prestígio”, de Thales de Azevedo (1966 [1956]), publicado originalmente em 1956, no qual o autor assume claramente sua inspiração em Weber. Neste artigo, Azevedo propõe que, na Bahia, “há um círculo de relações pessoais, definido a partir da cor e da origem familiar, que constitui uma real comunidade de status [estamento], a fazer dos brancos, ricos, e dos pretos, pobres” (Guimarães 2005: 82).

Figura 1 – Modelo proposto por Thales de Azevedo (1966 [1956]) para representar a estratificação social brasileira.



Fonte: Guimarães (2002), p. 65.

Para Thales de Azevedo (1966 [1956]), persiste, deste modo, uma correlação entre status e cor, sendo a sociedade dividida em dois “grupos de prestígio” [estamentos]. As pessoas do estamento mais elevado são identificadas aos brancos e as pessoas do estamento mais baixo identificadas aos negros. A hierarquia de classes – baseada em relações abertas e de mercado – divide a sociedade em classe alta, média e baixa. A hierarquia de prestígio divide a sociedade em dois estamentos: o dos brancos-ricos, que incorpora a classe média, e o dos pretos-pobres, que incorpora os pobres e iletrados, ainda que de cor branca (vide, na Figura 1, o diagrama proposto por Thales do Azevedo). Como veremos, Edward Telles (2012 [2004]) propõe, quase meio século depois, um quadro muito semelhante a este ao dividir a sociedade brasileira entre classe média branca e classe pobre multirracial.

O fato das avaliações de status não acompanharem as realizações socioeconômicas remete à noção de “classes nativas”, proposta por Antonio Sérgio Guimarães (2002), como sendo as representações da estrutura e das hierarquias sociais presentes no senso comum. Para este autor, a raça seria uma marca de “classe”, orientaria representações sobre “classe”, em seu sentido nativo, não sociológico. Nestas representações nativas de classe, não apenas as classes mais altas como também as posições hierárquicas superiores em geral não seriam nunca vistas como um “lugar possível” para negros, uma vez que estes carregam características fenotípicas (estamentais) relacionadas às posições hierárquicas mais baixas.

Assim, a ideia de “lugar do negro” provém do acionamento de estereótipos ligados a determinados caracteres fenotípicos, para, deste modo, conceber “lugares prováveis” que determinadas categorias de indivíduos deveriam ocupar³. Estas representações estariam presentes tanto nas situações de discriminação enfrentadas pelos negros de classe média, quanto nas aspirações cultivadas por negros e brancos. Essa concepção encontra apoio em Bourdieu (1989), para quem o sentido da posição ocupada por um sujeito no interior da estrutura social não foi simplesmente construído por si mesmo, mas foi incorporado e aceito como natural. Deste modo, de uma representação de mundo que não é própria à sua elaboração, assume-se “o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou não se pode ‘permitir-se a si mesmo’[, o que] implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isto não é para nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar” (p. 141).

É deste modo que os sujeitos reproduzem a permanência dessas relações sociais, a saber, pela naturalização e conseqüente legitimação – inclusive no pensar, representar, perceber, aspirar e atuar individuais – de construções representativas de mundo. Elas passam a ser vistas como formas categoriais da própria percepção das relações sociais e de sua identidade social. Ademais, as localizações residenciais dos diversos estratos sociais não só influenciam, mas também encontram amparo nas próprias percepções e representações que os indivíduos têm sobre o espaço. Tais representações de mundo e estilos de vida tendem a se reproduzir na linguagem e nos sistemas de preferência – “isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense / provinciano, chique / não chique etc.)” (Bourdieu 1997: 162) – que são reforçados pela própria ordem dos espaços físicos. Desta feita, podemos

³ A clássica proposição de Herbert Blumer (1958) define o preconceito racial como proveniente de um “senso de posicionamento de grupo” presente nas imagens que um grupo racial forma do outro. “Isto é sintetizado na expressão chave e universal que uma determinada raça está bem no ‘seu lugar’. O senso de posição do grupo é o coração da relação entre o grupo dominante e o subordinado. Ele fornece ao grupo dominante seus esquemas de percepção, o seu padrão de julgamento, seus padrões de sensibilidade, e suas tendências emocionais. (...) Sociologicamente não é um mero reflexo das relações objetivas entre os grupos raciais. Pelo contrário, significa mais ‘o que deveria ser’ do que ‘o que é’. É um senso de onde cada grupo racial *pertence*.” (Blumer 1958: 4-5).

entender o espaço habitado como um dos componentes do processo de estilização da vida e, portanto, da honra estamental.⁴

Nesta seção, apontamos análises e argumentos teóricos visando descrever as hierarquias raciais no Brasil enquanto hierarquias estamentais. Nesta chave podemos descrever negros e brancos como dois grupos de prestígio cujas posições são reforçadas pelas representações sociais concernentes ao posicionamento de indivíduos que portam determinadas marcas fenotípicas na estratificação. Além disso, esta ordem estamental é reforçada pela distribuição dos locais de moradia de brancos e negros no espaço urbano. Deste modo, argumentamos que o fato dos negros de classe média não serem vistos como sendo da classe média nas representações nativas de classe encontraria apoio na localização residencial deste grupo, o que também ajuda a cristalizar estas representações. Ao estarem fisicamente distantes dos brancos dos mesmos estratos, eles não são reconhecidos como pertencentes a estas camadas; ao mesmo tempo, e inversamente, ao não serem vistos (e nem se verem) como possíveis moradores legítimos de bairros de classe média e alta (pois lá não é ‘lugar de negro’), eles são mantidos (e se mantêm) fora destes espaços: se a classe média não é um “lugar possível” para negros, da mesma forma um bairro nobre também não o seria. Maiores desenvolvimentos a esta argumentação são apresentados nas seções a seguir.

3.2. ESPAÇO URBANO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A articulação da estratificação social com a segregação residencial pode ser analisada por diversas perspectivas convergentes e complementares. Uma delas dá especial ênfase ao papel das hierarquias raciais na estratificação e nas localizações das residências de negros de classe média. Trata-se do modelo teórico da

⁴ “O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhes participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes; ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão” (Bourdieu 1997: 166). Devemos, porém, fazer a ressalva de que, em Bourdieu, diferentemente de Weber, há algo como uma correspondência entre classe e estamento; ou, dito de melhor forma, em Bourdieu “o conceito weberiano de estamento se ‘moderniza’, já não se opõe em princípio à classe, torna-se inerente a ela.” (Sallum Jr. 2005: 29).

estratificação de lugares [*place-stratification*] proposto por John Logan (1978) e utilizado para interpretar a persistência da segregação entre negros e brancos em classes médias e altas nas cidades norte-americanas. Segundo este autor, a estratificação de lugares constitui uma dimensão da estratificação social, de modo que as desigualdades entre os locais de residência implicariam em vantagens ou desvantagens para os indivíduos que lá residem. Assim, a principal ideia que sustenta este modelo afirma que as distribuições residenciais estão ligadas às posições relativas dos grupos nas hierarquias sociais.

A segregação residencial cria uma hierarquia de status dos bairros definida simplesmente pelas características dos seus residentes, ao mesmo tempo em que a classe ou o status em comum se torna um símbolo através do qual as pessoas identificam sua área física como uma comunidade. A hierarquia de status de lugares é reforçada por decisões individuais das pessoas de traduzir a ascensão social em mudança de local de residência. (Logan 1978: 407)

Como a hierarquia racial é parte da estrutura social, negros estão abaixo dos brancos nas hierarquias de status mesmo que tenham renda similar, e isto é refletido nas localizações espaciais. Os brancos preservam suas vantagens de status mantendo distância de outros grupos através da segregação (Logan 1978; Alba, Logan & Stults 2000; Charles 2003; Iceland & Wilkes 2006).

A teoria dos “efeitos de lugar” de Pierre Bourdieu (1997), embora não especifique questões raciais, parte do mesmo princípio de homologia entre estratificação social e lugar de moradia, sendo, contudo, ainda mais ampla e completa, dado que se apresenta como uma extensão da teoria bourdiesiana do espaço social. Para Bourdieu, o espaço físico habitado seria uma simbolização do espaço social, manifestando as hierarquias e distâncias sociais: as hierarquizações dos espaços correspondem a e naturalizam hierarquias sociais. Podemos, então, dizer que a posse de capitais (econômico, cultural, social etc.), na qual se baseia a organização do espaço social, molda o espaço físico que, por sua vez, atua na própria reprodução das estruturas do espaço social.

A capacidade de dominar o espaço (...) depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que se aproximar de pessoas e coisas desejáveis (...): a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social. (Bourdieu 1997: 164).

Este aspecto de dominação ganha forte relevo nas teorias de inspiração marxista apresentadas na obra de Flávio Villaça, dedicada a aplicar tais teorizações à urbanização brasileira. Villaça (1998) produziu um amplo estudo sobre a estrutura territorial e as localizações urbanas em seis metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. A segregação é central na argumentação do autor, uma vez que o principal fundamento empírico é o fato de que, em todas as seis metrópoles estudadas, as camadas sociais de alta renda concentram-se num determinado setor específico do espaço metropolitano que aglutina diversos bairros onde predominam tais camadas. A este setor, o autor denominou “região geral de concentração das camadas de alta renda”. Em São Paulo, esta região geral, ganhou o apelido de “quadrante sudoeste”.

De acordo com ele, existem razões específicas para tal segregação dos mais ricos em uma única região geral das cidades, em vez de estarem em bairros espalhados por diferentes regiões da metrópole: “é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço” (Villaça 1998: 359).

Para Villaça, a segregação deriva da luta pelas localizações urbanas, implicando em uma “apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho humano” (p. 148). A disputa pelas localizações é a disputa pela otimização do tempo de deslocamento dos indivíduos e pela acessibilidade. A localização é um valor de uso decorrente da própria aglomeração urbana, é produzida pelo trabalho humano, mas não pode ser reproduzida, uma vez que cada localização é única⁵. Assim, o acesso às localizações não deve ser confundido com o acesso à infraestrutura urbana, uma vez que esta pode ser reproduzida pelo trabalho humano.

Os diferentes pontos do espaço urbano oferecem diferentes possibilidades de contato com todos os demais pontos. Assim, o espaço urbano é intrinsecamente desigual. (...) o tipo de desigualdade mais frequentemente considerado é a disponibilidade de equipamentos e infra-estrutura e a qualidade das edificações, entre o centro e a periferia, por exemplo. (...) Porém, há outra desigualdade tão ou mais importante como força estruturadora do espaço intra-urbano, pois ela domina também a polarização centro x periferia, e vai além dela. É a desigualdade fruto das diferenças de acessibilidade a todos os pontos do espaço urbano. A segregação das classes dominantes é um me-

⁵ “(...) ela é como as obras de arte e antiguidades: fruto do trabalho humano que não pode ser reproduzido pelo trabalho humano. Só a totalidade da cidade produz e reproduz localizações, mas elas são irreproduzíveis. É impossível produzir duas esquinas das avenidas São João e Ipiranga (...)” (Villaça 1998: 354).

canismo necessário para otimizar a apropriação, em proveito delas, das vantagens do espaço desigual. (Villaça 1998: 355)

A segregação é um “estratagema” para o controle dos tempos de deslocamento por parte das classes dominantes, favorecendo também o controle do mercado, do Estado e da ideologia por estas classes. Concentrando-se em determinado setor, tais classes atraem para perto de si as principais centralidades da metrópole (relegando aos mais pobres outras centralidades). O mercado imobiliário vê com maior interesse e atribui maior valor a estes setores ou áreas adjacentes. O Estado transfere seus órgãos e diversos equipamentos urbanos para estas regiões gerais. Além disso, constitui-se ideologias de que a cidade é aquela parte da metrópole onde estão as classes dominantes. Tal ideologia direciona a própria ação do Estado, que passa a investir, proteger e direcionar suas políticas para estas partes conhecidas como “a cidade”.

É importante notar, neste ponto, que as áreas onde identificamos as principais concentrações de brancos de camadas médias e superiores têm grande correspondência com o “quadrante sudoeste”, a “região geral” delimitada pelo Villaça (1997, 1998, 2001) e por ele denominada de “Área de Grande Concentração das Camadas de Alta Renda”, onde se localizarão não apenas as residências, mas também todas as práticas cotidianas destas camadas⁶.

Às assertivas de Villaça, poderíamos, deste modo, acrescentar que determinados espaços da cidade concentram referenciais identitários compartilhados por parte de classes sociais médias e altas, mediando um reconhecimento mútuo entre seus membros. Ou seja, argumentamos que se trata, portanto, de uma identidade de classe espacializada, materializada no espaço. Questão, esta, pouco explorada por este autor que, não obstante, não deixa de enfatizar que, “Esta [a classe dominante] promove a ideologia segundo a qual *a cidade* se identifica com *aquela parte da cidade* que é de interesse ou é ocupada pela classe dominante.” (Villaça 1997: 1382)⁷. Entretanto, outro aspecto que Villaça não leva em

⁶ “Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças etc., as burguesias implantam nessa região a melhor infra-estrutura da cidade, especialmente a viária. Finalmente – eis um aspecto pouco avaliado –, o espaço urbano é tecido de tal forma que todo o cotidiano daquelas camadas se desenrola predominantemente nessa região.” (Villaça 1998: 326).

⁷ Este autor fez um levantamento sobre todas as menções a locais da cidade (ruas, praças, parques, bairros, construções públicas ou privadas etc) no jornal *Folha de São Paulo* durante os anos de 1993 e 1994. As menções a pontos localizados nesta “Área” correspondem a 74,66%

consideração é que o grupo que faz d“a” cidade a sua imagem não se caracteriza apenas por sua posição na hierarquia de classes mas caracteriza-se, também, por sua cor branca.

3.3. RAÇA, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

Na primeira seção deste capítulo buscamos descrever as hierarquias raciais na estratificação social brasileira a partir do conceito de estamento de Max Weber. Segundo esta interpretação, os brancos formam um grupo de prestígio que ocupa (de forma monopolística) as posições superiores da estratificação havendo, assim, barreiras para a ascensão dos negros a estas posições. Ou seja, as possibilidades de incorporação de negros na classe média é uma questão fundamental para debates sobre a manutenção das desigualdades raciais. Uma das descrições mais precisas dos mecanismos pelos quais os negros são mantidos nas posições inferiores pode ser encontrada no trabalho de Carlos Hasenbalg (2005 [1979]):

(...) como resultado da discriminação do passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. Mas, em acréscimo a isso, (...) a filiação racial deverá interferir nos processos de acumulação de (des)vantagens pelos filhos quanto em suas subseqüentes carreiras como adultos. (...) devem ser acrescentados às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis – os efeitos de bloqueios resultantes da internalização, pela maioria dos não-brancos, de uma auto-imagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismos funcionam e se reforçam mutuamente leva normalmente negros e mulatos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o ‘lugar apropriado’ para as pessoas de cor (p. 208-9).

No que concerne aos negros de classe média ou em processo de ascensão social, não obstante a herança das “desvantagens das baixas posições sociais” ser, certamente, um fator importante, os efeitos da discriminação e a regulação de aspirações⁸ parecem ser especialmente relevantes para o caso de destes

de todas as menções do jornal. “A ideologia tenta transmitir a ideia de que uma parte específica da cidade é a cidade. Qual parte? A área com alta concentração de classes de renda mais altas.” (Villaça 2001: 7).

⁸ Esta regulação de aspirações pode, também, estar vinculada a uma percepção ou “expecta-

indivíduos. Contudo, gostaríamos de realçar especialmente a noção de “lugar apropriado”⁹, à qual o autor alude no excerto acima, e que deve orientar tanto as situações de discriminação como as de regulação de aspirações.

Como resultado destes processos, Edward Telles (2012 [2004]) postula que a sociedade brasileira poderia ser pensada segundo uma clivagem entre uma classe média branca e a classe pobre multirracial. Tal segmentação se assemelha àquela dos grupos de prestígio apontados por Thales de Azevedo. Além disso, de forma análoga a de Hasenbalg, Telles aponta que esta hierarquia se mantém porque existem “barreiras invisíveis” que dificultam a entrada dos negros nas classes médias e uma cultura racista que propaga representações de que os negros deveriam ocupar posições subalternas¹⁰.

Telles, contudo, avança mais ao incorporar a temática da segregação residencial no seu esquema de análise das relações raciais brasileiras. Este esquema é pautado por duas dimensões: a das relações verticais nas quais caracteriza a discriminação e as desigualdades; e a das relações horizontais de sociabilidade, proximidade e interações cotidianas. Em sua proposta de interpretação, este autor segue, assim, tradições teóricas caudatárias da Escola de Chicago, para as quais as relações horizontais seriam indicadores de adaptabilidade, integração e assimilação dos grupos minoritários. A segregação residencial seria uma expressão destas relações horizontais na medida em que revelaria o grau de “distância social” entre os grupos. Noutros termos, a partir da distância física das moradias de diferentes grupos sociais no espaço urbano, o

tiva” de discriminação. De acordo com nosso autor “os negros e mulatos em geral reduzem suas aspirações e deliberadamente limitam sua competição com os brancos, simplesmente para evitar serem lembrados ‘de seus lugares’ e sofrerem a humilhação pessoal implícita em incidentes discriminatórios” (Hasenbalg 2004 [1979]: 210).

⁹ O estudo de Márcia Lima (2001) sobre a posição dos negros no mercado de trabalho, bem como as pesquisas de Ângela Figueiredo (2003, 2004), que abordam as dificuldades de reconhecimento dos negros de classe média como ocupantes legítimos destas posições de classe, fizeram referência a uma ideia de “lugar do negro”. Esta estaria ligada a estereótipos e representações acerca de posições que os indivíduos deste grupo deveriam ocupar. Silva & Reis (2011) apontam também que “A constante lembrança aos profissionais negros de que eles estão “fora de lugar” é institucionalizada em estereótipos negativos que existem com ou sem preconceito individual, e, assim, reduzem o status socioeconômico dos profissionais negros por classificá-los de acordo com a cor da pele, que por sua vez reproduz desigualdades persistentes” (p. 75-6).

¹⁰ Uma consequência marcante destes mecanismos é o fato dos negros de renda mais alta não serem reconhecidos como “da classe média” e, com isso, serem alvo de constantes desconfianças e discriminações (Figueiredo 2003, 2004).

estudo da segregação visa apreender as possibilidades de exposição e contato de um grupo com o outro. Conforme apontado no primeiro capítulo, assume-se que a proximidade física dos lares e o compartilhamento de locais de convívio fazem com que a vizinhança seja considerada uma importante esfera de interação face a face, agregando indivíduos, em geral, socialmente semelhantes (Telles 2012 [2004]).

Uma vez postas estas demarcações, consideraremos as localizações residenciais tendo em vista as barreiras à mobilidade social da população negra e a reprodução das desigualdades raciais que mantêm os negros nas posições subordinadas da estrutura social. A caracterização da segregação residencial por raça e classe na RMSP parece ter forte relação com a estruturação da estratificação social e das hierarquias raciais no Brasil. Assim, os limites para a inserção e consolidação da posição dos negros nestes estratos médios estariam refletidos na maior distância residencial deles para com os brancos de classe social semelhante. Assim, as “barreiras invisíveis” e a cultura racista podem ser identificadas na distância entre os grupos raciais cultivadas nas relações horizontais (de proximidade e integração, incluindo-se aí relações de sociabilidade, vizinhança, intercassamentos etc.) das camadas médias e altas, que mantêm os negros afastados.

Devemos acrescentar, ainda, que Telles (2012 [2004]) propõe uma interessante hipótese acerca da relação entre segregação e identidade racial, com base na qual podemos propor uma leitura “invertida”. Nos Estados Unidos, “a segregação residencial restringiu as redes de negros a outros negros, o que permitiu o fortalecimento da identidade de grupo e a consciência racial” (p. 175). Isto implicou na criação de uma série de instituições paralelas negras, como bancos, igrejas, universidades etc. Para ele, no Brasil, os níveis moderados de segregação facilitariam as interações interracialis e dificultariam a constituição de identidades raciais e, conseqüentemente, a mobilização do movimento negro. As exceções seriam os bairros de maioria negra “eticamente dinâmicos” como, por exemplo, a Liberdade em Salvador, onde há grande produção e valorização de uma cultura afro-brasileira. Mantida lógica semelhante à deste autor, nossa hipótese seria a de que, em São Paulo, a segregação catalisaria traços identitários espacialmente caracterizados por parte de brancos de classes médias e altas.

Retomando a teoria dos estamentos descrita anteriormente, no que tange à questão da segregação e das localizações residenciais, podemos dizer que a proximidade espacial entre as moradias de determinados grupos pode ser considerada como um elemento de estamentalização, ou pelo menos

um catalisador da manutenção de estamentos, na medida de em que: (1) os estamentos se caracterizam pelas relações sociais entre seus membros, que podem ser facilitadas pela proximidade física; e (2) a moradia em determinadas localizações de maior e menor prestígio pode ser vista como um componente da honra estamental. Ou seja, múltiplas dimensões combinam-se e sobrepõem-se enquanto componentes da honra estamental: a raça, o espaço, e, por fim, as redes de sociabilidade (ou círculos de “comensalidade”) que ainda iremos expor¹¹.

A moradia é entendida, assim, como uma dimensão de realização estamental, tal qual o consumo, por exemplo¹². Assim, podemos enxergar os graus de segregação entre negros e brancos nos estratos médios e altos de São Paulo como reveladores dos limites da inserção dos negros nestas camadas. Os mapas aqui apresentados e os resultados dos indicadores de segregação residencial exibem claramente sobreposições espaciais das localizações residenciais de brancos de camadas médias e altas – formando uma zona de concentração de (brancos) ricos –, isolando-se e distanciando-se dos pobres (brancos e negros) e, até mesmo, dos negros de classes médias e altas. Portanto, tendo em vista o proposto por Weber, de que a honra estamental sempre se baseia em distância e exclusividade, os diferenciais de localização observados nos dados sobre a segregação residencial exibem a clivagem estamental descrita por Thales de Azevedo e “atualizada” por Edward Telles, marcada pelo isolamento dos “brancos-ricos”.¹³ Delineia-se aí um grupo definido pela sobreposição entre classe, raça e espaço.

A dimensão espacial tem sido pouco abordada por estudos que visam caracterizar as particularidades dos negros de classe média (por exemplo,

¹¹ Devemos notar uma característica importante que distingue grande parte dos negros de camadas médias e superiores dos brancos das mesmas camadas: a filiação religiosa. A proporção de negros de camadas média e superiores de religião Protestante ou Evangélica é superior à média da RMSF, estando bem próxima das proporções de fiéis destas religiões nos estratos sociais mais pobres.

¹² A esfera do consumo, aliás, tem sido apontada por estudos sobre negros de classe média (por exemplo, Figueiredo 2004), como um dos espaços no qual se expressa mais fortemente as desconfianças e discriminações contra os negros de renda mais alta.

¹³ Assim, defender ainda a hipótese de que o espaço habitado funciona como um elemento constituinte da identidade coletiva de frações de classes médias e altas brancas. A pesquisa de Pulici (2010) é sintomática nesse sentido, haja vista que a autora utiliza um recorte espacial – i.e. buscou entrevistados em bairros específicos – visando obter uma amostra representativa das elites paulistanas.

^{De} acordo com Briggs (2001): “A branquitude [whiteness] seria definida em oposição aos negros e outros grupos aos quais são negados igual acesso a marcadores de status, incluindo a casa própria [homeownership] em áreas residenciais desejáveis” (p. 16).

Figueiredo 2002, 2003; Soares 2004; Souza 2012). Subsistem ainda diversos pontos a esclarecer no que diz respeito aos mecanismos pelos quais o espaço se configuraria como barreira para a inserção dos negros nos estratos médios e superiores. Assim, pensaremos na ideia de inserção na classe média para além da realização ocupacional em categorias como as de profissionais e empregadores. Este é nosso ponto de partida. Nosso interesse principal é a descrição das práticas espaciais e relações sociais (especialmente localizadas) de negros e negras pertencentes a estes estratos sociais, em contraste com os brancos dos mesmos estratos.

Muitas pesquisas sobre estratificação social têm focado as representações e práticas culturais de determinadas frações de classe média tendo em vista o espaço dos estilos de vida (Cf., p. ex., Pulici 2011, 2013). No nosso caso, pretendemos caracterizar determinadas frações de classe tendo em vista o espaço urbano, habitado, percorrido e frequentado. O pressuposto aqui seria de que distintos grupos fariam distintos usos da cidade, de maneira que, nesse sentido, o local de residência exerceria um papel fundamental, como se fosse um centro de gravidade a orientar relações, trajetos e circuitos pelo espaço urbano.

Assim, propomos uma pesquisa sobre relações sociais, locais frequentados, trajetos e trajetórias no espaço urbano tendo como foco negros de classe média que moram fisicamente distantes da maior parte dos brancos em posição de classe semelhante. Em que medida as diferentes frações das classes médias se encontrariam, conviveriam ou intercambiariam? Onde circulariam? Relacionar-se-iam com indivíduos de quais grupos? Em que partes da metrópole constituir-se-iam as relações e trajetos (e usos do espaço) dos nossos sujeitos? Quais seriam as especificidades destas relações e trajetos em cada espaço? Haveria circuitos fora dessa “zona de concentração de (brancos) ricos”? Quais seriam as representações deste grupo acerca do espaço urbano e de lugares da metrópole? Como a distância entre as residências geraria barreiras entre indivíduos de classes médias e altas? Como a segregação relacionar-se-ia com diferentes experiências e relacionamentos entre negros e brancos nestes estratos sociais?

Estas são questões que tentaremos responder nas partes subsequentes deste trabalho. Os resultados das análises quantitativas dos contornos da segregação residencial foram fundamentais para elaborarmos as interpretações expostas nesta seção. Porém, eles são insuficientes para fornecer respostas às perguntas acima. Tais perguntas demandam abordagens e estratégias metodológicas baseadas em definições de segregação que ampliem seu foco para outros aspectos

relevantes. Proporemos, na seção seguinte, uma alternativa de encaminhamento desta temática.

3.4. SEGREGAÇÃO PARA ALÉM DA VIZINHANÇA E DOS INDICADORES: PROPONDO NOVAS ABORDAGENS EMPÍRICAS.

Da discussão realizada no capítulo 1, depreendemos – dentre outras coisas – que, de um modo geral, podemos conceber o conceito de segregação como sendo o contrário de integração (entre diferentes) ou o contrário do acesso (lugares, pessoas, oportunidades, recursos, enfim, à cidade). Seja de uma forma ou de outra, o local de residência seria um fator determinante da segregação, uma vez que seria o ponto de partida do deslocamento físico em direção à integração e ao acesso. O pressuposto aí é o de que haveria maior contato e maior acesso àquilo ou àqueles que estejam fisicamente próximos. Longe de rejeitar tais definições, problematizamos o fato de que, a partir dela, muitos autores têm dado grande ênfase à esfera local e às relações de vizinhança como campo privilegiado de observação da segregação e seus efeitos.

No entanto, já há muito tempo estudos urbanos têm mostrado que a proximidade física não necessariamente implica em acesso, interações ou proximidade social (por exemplo, Chamboredon & Lemaire (1970), Guest (1985) ou Ribeiro (2008)). Além disso, trabalhos clássicos do campo da análise de redes pessoais demonstraram que, de um modo geral, os indivíduos urbanitas formam mais vínculos pessoais na escala da metrópole do que na da vizinhança (Wellman 1979; Fischer 1995)¹⁴.

Neste sentido, destacamos uma série de problemas na articulação entre distância física e social levantados por Brun (1994): nem toda separação é necessariamente espacial, podendo envolver outras formas de afastamento, ou mesmo pode haver barreiras sociais com proximidade física¹⁵; as clivagens espaciais muitas vezes não são claramente delimitadas ou visíveis¹⁶; desenvolvimentos

¹⁴ Há, porém, significativas variações por classe social (Ver, p. ex., Marques 2010).

¹⁵ “*la mise à l'écart* que submete um grupo da população não é necessariamente de natureza espacial, e em todo caso não concerne sempre conjuntamente todos os usos do espaço. (...) Uma coabitação à fraca distância, ou uma vizinhança funcional, podem ir de par com a existência de barreiras sociais mais rígidas” (Brun 1994: 26).

¹⁶ “A existência de cortes espaciais materializando clivagens sociais e acentuando as incidên-

contemporâneos nos transportes e comunicações põem em questão a distância física enquanto métrica válida para tratar de distâncias sociais; e o bairro enquanto “realidade vivida” caracterizada por interações, identidade compartilhada e uma cultura comum seria uma entidade difícil de identificar.¹⁷

Mesmo estudos norte-americanos de relações raciais têm reportado que brancos que cresceram em bairros racialmente misturados raramente possuem amigos negros (Bonilla-Silva 2013). Bonilla-Silva & Baiocchi (2001) sugerem que “contatos interracialis” não necessariamente significam integração substantiva, uma vez que várias formas de racismo são compatíveis com proximidade física.

Nesse sentido, os indicadores de segregação fundados na localização das residências e calculados com base em áreas delimitadas pelos recenseamentos, apesar de serem importantes pontos de partida para as análises, estão longe de serem suficientes para informar as características da segregação, uma vez que assumem as premissas que temos objetado. Bonilla-Silva & Baiocchi (2001) também criticam uma leitura reificada das medidas de segregação, como o índice de dissimilaridade. Aumento ou diminuição em um dado índice não informa sobre melhora ou piora do fenômeno quando o que realmente aconteceu foram mudanças nas formas do fenômeno se manifestar. Tais considerações tornam ainda mais problemáticas avaliações da segregação no Brasil pautadas por simples comparações com indicadores de outros países¹⁸.

cias é somente um caso limite, frequente sem dúvida, mas ao qual não se pode assimilar todo o resto. Formalmente, temos tratado sobretudo de disposições complicadas ou embaralhadas: gradações sutis, reentrâncias [*indentations*], sobreposições [*emboitements*], enclaves etc. Sem dúvida, como acabamos de ver existem ‘fronteiras’ pouco visíveis, mas simbolicamente fortes: ainda deve-se poder identificá-las. As barreiras sociais não estão todas concretizadas por descontinuidades na construção [*le bâti*], na estrutura do parque de habitação [*parc de logements*], no aspecto da paisagem. Mas, inversamente tais descontinuidades não constituem necessariamente fronteiras sociais...” (Brun 1994: 31).

¹⁷ Apesar de elencar este conjunto de ressalvas, o autor conclui seu argumento defendendo o estudo da segregação: “É sem dúvida uma das razões da resistência, ou uma retomada do vigor da noção de ‘segregação’, malgrado suas ambiguidades: em uma sociedade onde a velocidade dos deslocamentos e as outras formas de ‘conexão’ por ‘redes’ se torna a norma, a marginalização, espacial e social, aparece ainda mais escandalosa. Encontramos aí uma ideia, um conjunto de imagens, que estão no coração do ‘conceito de segregação’: o sentimento de uma incapacidade da cidade moderna produzir a integração” (Brun 1994: 47).

¹⁸ “Simples medidas de segregação não são suficientes para transmitir as diferentes naturezas dos processos de segregação na Europa e nos EUA. Nesse sentido, leituras comparativas dos índices de dissimilaridade em Chicago e Paris, por exemplo, podem não ser muito signifi-

Portanto, não devemos nos restringir aos indicadores e “métricas” das distâncias físicas, pois isso significaria reduzir o espaço a apenas um de seus atributos (Cf. Mailllochon 1999), desconsiderando o ambiente construído da cidade, sua infraestrutura e os conteúdos sociais dos deslocamentos que nelas se desenrolam. Devemos, então, ir além de uma noção “areal” (Brun 1994) de segregação, baseada em espaços delimitados pelos traçados censitários, nos quais se baseiam os indicadores.

A principal fraqueza das teorias sobre segregação residencial está na proposição de explicações (e suas respectivas demonstrações empíricas) sobre como – em quais circunstâncias, para quais grupos ou classes, em quais escalas etc. (Ver Sharkey & Faber 2014) – o local de residência ou a posição no espaço da cidade é importante para o acesso, as distâncias sociais e relações raciais. Nesse sentido, para obter um entendimento mais completo da segregação, deveríamos estudar tal fenômeno para além dos indicadores quantitativos e das relações de vizinhança. Abordagens qualitativas nos possibilitam nuançar delimitações estanques, capturar dinâmicas e processos e, mais especificamente, as práticas cotidianas que denotam a separação física e social, que análises quantitativas não permitem¹⁹. Para Small & Feldman (2012), abordagens qualitativas podem proporcionar perspectivas privilegiadas para que tenhamos acesso direto às maneiras pelas quais os indivíduos lidam com condições do espaço em que habitam.

Assim, tendo em vista a descrição do tipo de segregação que ocorre nas cidades brasileiras, temos que olhar para além dos padrões residenciais e explorar o modo pelo qual os indivíduos experienciam as condições espaciais de onde eles vivem. Partindo de seus locais de residência, para onde as pessoas costumam ir? Onde as pessoas constroem seus relacionamentos? Com quais outros indivíduos? Tais questões dizem diretamente respeito às definições de segregação que discutimos anteriormente. Respondendo a elas, podemos apreender melhor a relevância do local de residência para as distâncias sociais e analisar as formas pelas quais fronteiras sociais se inscrevem no espaço; em quais circunstâncias (ou quais tipos de) discontinuidades espaciais constituem barreiras sociais; ou

cativas se se perdem de vista informações contextuais essenciais; e isto não é apenas uma questão de diferença com relação à escolha de grupos segregados e o tamanho de unidades espaciais” (Maloutas 2012: 15).

¹⁹ “Uma teorização mais forte do racismo – aquela que entende suas características estruturais – necessariamente toma como questão as práticas raciais, tais como aquelas que negam acesso a recursos, nos diferentes tipos de separação (física e social). Isso requereria abordagens mais completas que incluem estudos sistemáticos e etnográficos da interação socioespacial entre grupos raciais dentro das áreas.” (Bonilla-Silva & Baiocchi 2001: 122).

ainda de que maneira que as distâncias físicas poderiam suscitar distâncias sociais.

A análise quantitativa mostrou grandes distâncias físicas entre as residências de negros e brancos nas classes médias e altas. Como a localização das residências destes indivíduos moldaria o acesso à cidade e a integração destes indivíduos com diferentes pessoas e locais? Os recursos materiais que estes indivíduos possuem os ajudaria a superar as distâncias físicas? Tais questões requerem uma descrição especializada das práticas e relações sociais de tais indivíduos. Realizamos, então, uma pesquisa qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas e na coleta de redes pessoais visando a espacialização das relações destes indivíduos e mapeamento dos trajetos que eles percorrem, e locais que eles frequentam.

Inspirados pelas propostas de Vera Telles (2006), buscamos, em nossa pesquisa qualitativa, esboçar “territórios de práticas e relações” destes indivíduos, tal como a descrição que a autora fornece:

Ao seguir os percursos de indivíduos e famílias, são traçadas as conexões que articulam campos de práticas e fazem a conjugação com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiares, bloqueios e possibilidades. Os percursos e os sentidos fazem, portanto, o traçado dos *territórios*, e são estes que interessa reconstituir. É preciso dizer que estamos aqui trabalhando com uma noção de território que se distancia das noções mais correntes associadas às comunidades de referência. (...) Nos eventos biográficos de indivíduos e suas famílias, há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas (ou construídas) nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pelas relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos e conexões que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas diversas (Telles, V. 2006: 71-2).

O traçado de tais territórios, na medida em que pressupõem a mobilidade dos indivíduos pelo espaço da metrópole, se sobrepõe a e atravessa as fronteiras das áreas delimitadas pelos recenseamentos. Tais territórios, apesar de terem a moradia como referência ou centro de gravidade, não se esgotam na vizinhança e se espraiam para outros espaços da metrópole. Resta saber de que maneira a localização da residência, a raça e outros atributos individuais moldariam as

variações nos contornos desses “territórios de práticas e relações”²⁰. Nossa pres-suposição, portanto, é a de que os diferentes grupos de status e frações de classe fariam diferentes usos do espaço urbano, tendo, contudo, o local de residência como ponto focal das práticas e relações sociais²¹.

Porém, isso não deve implicar que o estudo da segregação seja restrito ao espaço residencial e vizinhança. Abordagens que ampliam o escopo da segregação para além do local de residência têm sido desenvolvidas por autores como Maillochon (1998), Marques (2010), Kwan (2013), Kwan e Weber (2003), e Netto *et all* (2015). Pesquisas como estas têm apontado para horizontes nos quais a consideração das possibilidades de mobilidade dos indivíduos no espaço urbano e uma especial atenção na constituição das redes sociais são cruciais não apenas para evidenciar a relevância da segregação, mas também para compreendermos de que modo a segregação é importante.

Mei-Po Kwan (2013) argumenta que as pessoas experienciam a segregação não apenas nas vizinhanças, mas também em diversos outros espaços onde se desenrolam suas vidas cotidianas. Desta forma, os estudos de segregação falham ao ignorar o tempo que as pessoas passam fora de seus bairros sendo, portanto, necessário incorporar as mobilidades diárias e outros espaços frequentados em tais estudos.

(...) apesar de segregação racial ser concebida como a medida na qual membros de um grupo racial moram separados daqueles de outros grupos raciais, as experiências de segregação das pessoas são também afetadas pelo tanto de tempo que elas passam em áreas fora de suas vizinhanças residenciais e pelo tanto de contato social elas têm com outros grupos raciais (...). as experiências espaço-temporais das pessoas são influenciadas não apenas por onde elas vivem mais também por outros lugares que elas visitam, quando elas visitam estes lugares, quanto tempo elas passam lá, o que elas experienciam quando viajam entre um lugar e outro, e com quem elas interagem quando estão naqueles lugares. (...) indo além do espaço residencial estático e examinando como indivíduos alcançam oportunidades sociais relevantes ou entram em contato com outras pessoas ou influências sociais e ambientais na medida em que suas vidas se desenrolam no espaço e tempo, nosso entendimento dos efeitos das diferenças sociais na segregação racial e étnica, resultados de saúde, qualidade de vida e muitas outras questões sociais críticas, serão profundamente enriquecidas. (Kwan 2013: 1079).

²⁰ Neste sentido, nosso entendimento de segregação tende a se aproximar daquele proposto por Schnell & Benjamini (1999), que defendem que segregação deve representar não apenas a localização no espaço residencial, mas também a estrutura das atividades cotidianas das pessoas, as estratégias territoriais que os grupos podem adotar para se isolar de outros.

²¹ De acordo com Logan & Molotch (1987), o local de residência é o “ponto focal” ou ponto de partida da ronda diária [*daily round*], o conjunto de lugares onde as pessoas vão rotineiramente para trabalhar, fazer compras, estudar etc.

A partir destas premissas, a autora desenvolve estudos sobre acessibilidade que não buscam conceber tal temática para além das dimensões de proximidade das localizações (Kwan 2013; Kwan & Weber 2003), enfocando usos do tempo e estratégias de mobilidade dos indivíduos. Diversificar as formas de abordagem, com foco em limitações no espaço-tempo [*space-time constraints*], permite revelar diferenciais de acessibilidade de indivíduos com diferentes atributos – de gênero, raça, orientação sexual, idade etc – vivendo num mesmo domicílio, por exemplo.

O trabalho de Vinícius Netto (Netto *et al* 2015) tem críticas semelhantes a tais abordagens “estáticas” da segregação e também partem da premissa de que “nossas vidas cotidianas são fortemente constituídas pelo movimento” (p. 1086), mas dando maior ênfase à dimensão da integração, a partir de fenômenos considerados por eles seu aspecto chave: os encontros. Estes autores buscaram mapear potenciais oportunidades de encontro entre indivíduos de diferentes camadas sociais por meio de “redes de movimento” de habitantes de Niterói (RJ). Para tanto, foram mapeados os trajetos dos indivíduos entrevistados visando identificar áreas de sobreposição destes: os potenciais locais de encontro (p. 1092).

Os encontros, bem como os locais de encontro, também são aspectos chave do estudo de Florence Maillachon (1998) em Paris. O projeto de pesquisa integrado por esta autora (Gribaudo 1998) forneceu cadernos a entrevistados de diferentes localidades, nos quais cada sujeito deveria compor um “diário” com os registros de locais percorridos e indivíduos encontrados. A partir de tais diários, a autora pôde esboçar redes pessoais de encontros, bem como redes de locais onde ocorreram os encontros. Tanto no estudo de Maillachon (1998) como no de Netto *et al* (2015), tais redes serviram de material que sustentou discussões sobre a importância do local de residência e sobre “como as distâncias social e espacial podem estar entrelaçadas de modos mais sutis e complexos” (Netto *et al* 2015: 1086).

Uma abordagem que articula segregação residencial e redes sociais em São Paulo pode ser encontrada no importante estudo *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*, de Eduardo Marques (2010). Nele, o autor realça a importância das redes, não apenas por permitirem a revelação de mecanismos de média escala no estudo da pobreza, mas também por demonstrar que, por um lado, as características das redes dos pobres reforçam as diferenças e desigualdades e, por outro, as diferenças entre as redes ajudam a compreensão das heterogeneidades das situações de pobreza. O estudo cita, ainda, pesquisas que defendem que “A

segregação residencial tende a aumentar a homogeneidade dos padrões de vínculo dos indivíduos, em parte porque as preferências se organizam espacialmente, para além de representarem uma barreira ao contato e às oportunidades” (p. 44). Todavia, em consonância com a problemática proposta aqui, o autor conclui que:

A relação entre segregação e redes se apresentou menos direta e mais complexa do que considerado por uma parcela importante do debate sobre a pobreza urbana. Como vimos, áreas segregadas não apresentam redes menores, menos variadas e mais locais, rejeitando a relação direta entre padrões relacionais e espaciais considerada por uma parte importante do debate. No entanto, entre os indivíduos isolados pelo espaço, aqueles que apresentam padrões de vínculo de sociabilidade mais variados costumam ter melhores condições sociais, o que sugere que as redes realmente podem combater o efeito de isolamento social produzido pela segregação. (Marques 2010: 190)

Além disso, a pesquisa de Marques demonstra que as classes médias que residem no centro expandido de São Paulo têm redes maiores com contatos com pessoas mais distantes e “a separação (...) só ganha sentido se houver dificuldades para o estabelecimento de contato frequente entre eles” (p. 33). Visto isso, a este trabalho objetiva avaliar as relações entre segregação e redes, enfocando indivíduos de classe média, moradores de distintas localidades de São Paulo (não apenas do centro expandido). Ademais, com o levantamento das redes pessoais, a presente pesquisa também pretende fazer uma pequena contribuição visando a inclusão da análise de redes na sociologia das relações raciais no Brasil, articulação ainda inédita neste campo.

Os resultados empíricos obtidos até aqui com dados censitários demonstraram padrões mais agudos de segregação residencial entre negros e brancos nas camadas médias e altas. Por esta razão, estes grupos serão os focos privilegiados de nossa observação. Assim, nosso questionamento direcionar-se-á para as formas pelas quais a segregação operaria e geraria efeitos nas relações raciais nestes estratos, constituindo barreiras aos negros de classe média e alta. Explorar os territórios formados através representações, práticas e relações sociais destes indivíduos pode nos permitir discernir as formas de articulação entre o espaço e as diferentes experiências e destinos sociais de negros e brancos e, portanto, articular segregação e relações raciais.

Conforme apontamos anteriormente, Edward Telles fala de “barreiras invisíveis para a entrada de negros nas classes médias”. Conforme argumentamos neste capítulo, barreiras espaciais parecem ser muito significativas enquanto obstáculo à incorporação de negros nas classes médias. São necessários, no en-

tanto, esforços empíricos para descrever como isto se concretiza. Para tanto, tentaremos responder questões como as seguintes: em que medida negros e brancos de classes médias e altas compartilhariam territórios de práticas e relações semelhantes? Quais seriam as intersecções e distanciamentos de seus territórios? Quais barreiras haveria para os negros? Qual seria a importância do local de residência para a construção destas barreiras? Em que medida a localização das residências limitaria suas redes pessoais e mobilidades pela cidade?